

A VISÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS ÁREAS CILIARES¹

Ana Maria Pereira Amaral, Engenheira Agrônoma, mestrado em Agronomia, doutorado em Teoria Econômica Aplicada pela ESALQ/USP. Atualmente é Assessora Técnica de Direção e Pesquisador Científico VI do Instituto de Economia Agrícola. Avenida Miguel Stéfano, 3900. São Paulo. SP -CEP – 04301-903. Fone: (011)5067-0456. Fax: (011) 5073-4062. Email: apmaral@iea.sp.gov.br

Ana Victória Vieira M. Monteiro – Geógrafa, mestrado em Geografia pela UNESP/Rio Claro, Pesquisador Científico III do Instituto de Economia Agrícola. Avenida Miguel Stéfano, 3900. São Paulo. SP -CEP – 04301-903. Fone: (011)5067-0491. Fax: (011) 5073-4062 Email: amonteiro@iea.sp.gov.br

Ana Moroso Alves – Estudante de Geografia (USP), estagiária do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares.

1 – INTRODUÇÃO

O Estado de São Paulo, de acordo com levantamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), possui 3,398 milhões de hectares cobertos por vegetação nativa que representam 13,7% de sua área total. A vegetação remanescente distribui-se de forma heterogênea e se concentra nas áreas de maior declividade, na Serra do Mar e nas unidades de conservação administradas pelo poder público. Nos últimos cinquenta anos a agricultura paulista passou de um estágio de expansão da fronteira agrícola, caracterizado pelo baixo uso de tecnologia, a uma atividade altamente tecnificada e comercial. A grande maioria das quase 280.000 propriedades rurais encontra-se parcial ou totalmente mecanizadas. Esta intensificação da agricultura acarretou um aumento na pressão sobre os recursos naturais e os sintomas da degradação das terras preocupam cada vez mais os agricultores e o governo do Estado.

A supressão das florestas nativas do Estado, associada ao uso agrícola inadequado das zonas ciliares, tem levado ao comprometimento das funções e estrutura dos ecossistemas do Estado de São Paulo. Deste processo resultaram impactos negativos, tanto ecológicos quanto sócio-econômicos, tais como: o aumento dos níveis de erosão e do número de voçorocas, levando ao assoreamento dos cursos d'água e reservatórios, e a diminuição da produtividade dos solos, que afeta os produtores pobres de maneira especial, já que esses tem maior dificuldade de arcar com os custos crescentes dos fertilizantes e agrotóxicos.

A recuperação e o reflorestamento de zonas ciliares assumem importância estratégica no contexto da recuperação de áreas degradadas em São Paulo, devido à relevância destas áreas para o equilíbrio ecológico. A recuperação de matas ciliares degradadas proporcionará benefícios sócio-ambientais muito significativos. O Governo do Estado de São Paulo reconheceu a necessidade de implementar um programa que adote uma abordagem ampla e transdisciplinar das questões relacionadas à prevenção e recuperação de áreas degradadas, incluindo também o

¹ Resultado de estudos realizados pelo Projeto de Recuperação de Matas Ciliares.(SMA/SP e GEF).

desenvolvimento de estudos e instrumentos visando a remuneração pelos serviços ambientais prestados pelas florestas ciliares e o desenvolvimento e difusão de modelos de manejo sustentável dos produtos não madeireiros da mata ciliar, incentivando assim a preservação da vegetação remanescente, e contribuindo para prevenir sua degradação.

No contexto da realidade da agricultura familiar no Estado de São Paulo, sabe-se que cerca de 80% das propriedades tem menos de 50 hectares. Assim, a necessidade de recuperação florestal contemplada no Projeto de Recuperação de Matas Ciliares (PRMC) terá que considerar a importância da participação dos agricultores familiares nesse processo. O objetivo deste trabalho é avaliar as condições e as percepções da implantação de matas ciliares em pequenas unidades de produção agrícola e identificar as condições que irão favorecer o processo.

A avaliação de projetos sociais tem como premissa comparar um padrão almejado (em direção ao qual se orienta a ação de política pública) com a realidade ou o que ocorrerá em consequência da atividade empreendida (determinar o alcance potencial no qual a realidade vai ser modificada) ².

2 - METEODOLOGIA

O público-alvo foram os agricultores participantes da IV Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural, realizada entre 4 e 6 de agosto de 2006, em Agudos (SP), organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, com participação de 35 mil visitantes em aproximadamente 500 caravanas de agricultores familiares e assalariados rurais vindos de todo o estado.

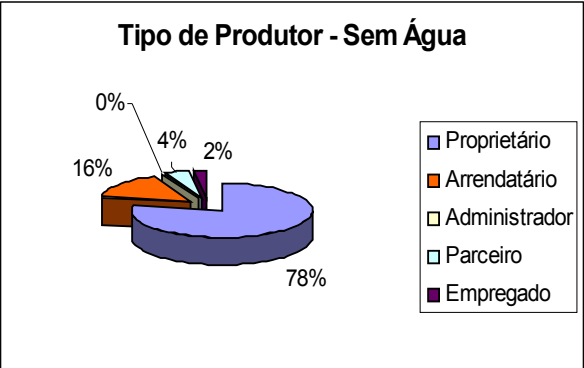
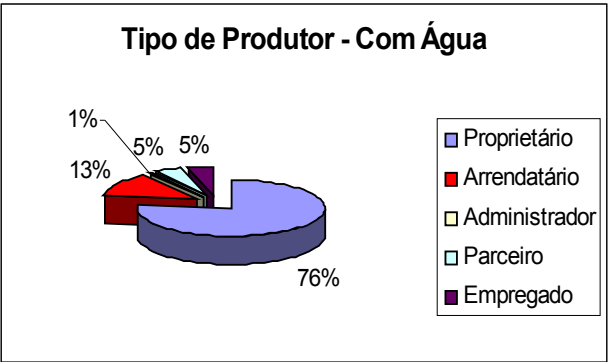
Foram então levantados 195 questionários; os agricultores foram escolhidos aleatoriamente por cinco entrevistadores. Serão usadas estatísticas básicas para descrição dos resultados entre dois grupos distintos de proprietários, os que teriam a obrigação legal de ter matas ciliares em suas propriedade (isto é, possuem nascentes e /ou córrego ou rio em suas terras) e não tem essa obrigação.

3 – RESULTADOS

A avaliação dos dados levantados revela que entre os entrevistados 77,2% possuem nascentes ou cursos d'água em sua propriedade, e 22,8% não possui nenhuma fonte direta de água na terra. O número de nascentes ou cursos d'água declarados nas propriedades varia entre 1 (uma) e 12 (doze), sendo que a maioria das respostas, 47,0%, aponta para 1(uma) nascente, enquanto que, 26,5% declararam possuir 2 (duas) nascentes na propriedade. Vale destacar ainda que, entre os que possuem água em sua propriedade, a maioria é de proprietários, 76%, seguidos por arrendatários, que correspondem a 13% dos entrevistados (figura 1). Entre aqueles que não possuem água, o perfil verificado é muito semelhante, com 78% de proprietários e 16% de arrendatários.

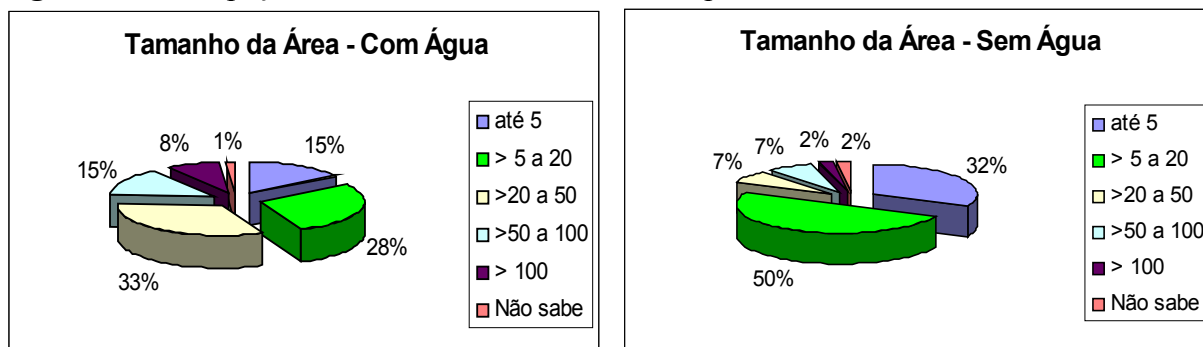
Figura 1 - Participação Percentual de Tipo de Produtor.

² COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004



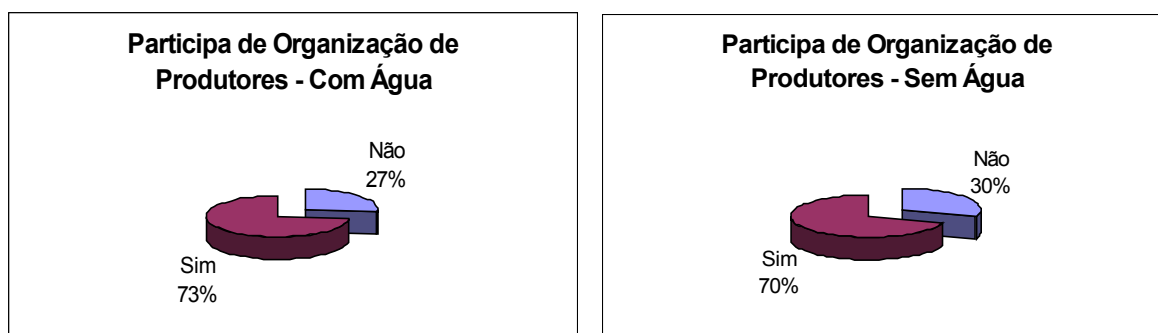
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 2 - Participação Percentual do Tamanho da Propriedade.



Fonte: Dados da pesquisa.

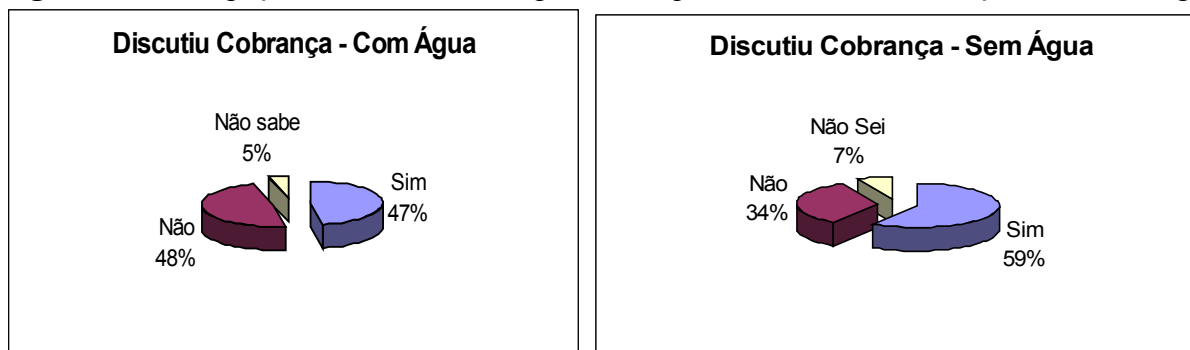
Figura 3 - Participação Percentual dos Proprietários em algum Tipo de Organização de Produtores.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando analisamos o tamanho das propriedades, temos uma distribuição quase que paritária, sendo 33% com áreas de 20 ha a 50 ha, e 28% com áreas de 5 ha a 20 ha (figura 1). Entre aqueles que não possuem fontes de água em suas terras, o tamanho das propriedades apresenta uma outra distribuição. A maioria dos entrevistados conta com terras menores; metade deles, 50% apresenta terras com áreas entre 5 ha a 20 ha, e outros 32% declaram áreas com menos de 5 ha), perfil bem diferente dos que possuem água. É interessante notar que ambos os grupos – com e sem água – reconhecem que o projeto trouxe benefícios para a mata ciliar na beira do córrego. Dos que não possuem água, 78% reconhecem os benefícios, e entre aqueles que a possuem, o número é sensivelmente maior, 82%. Entre os ganhos que eles reconhecem, a maioria aponta a melhoria da qualidade das águas e também a preocupação com a conservação do meio ambiente. Aparecem ainda respostas como “ganhos para as futuras gerações, proteção contra erosão, melhora da qualidade de vida da população que vive nas proximidades e também da fauna e flora locais”.

Figura 4 - Participação Percentual de Proprietários que discutiram a Cobrança do Uso da Água.



Fonte: Dados da pesquisa.

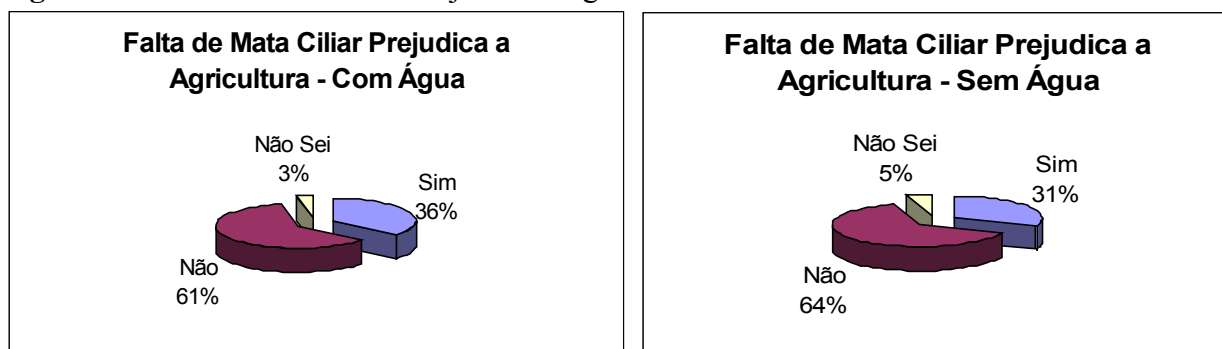
Entre os proprietários que possuem nascentes ou cursos d'água em suas propriedades e que apontam prejuízos na agricultura, devido à ausência de matas ciliares, relacionam as seguintes alterações: na quantidade (seca) e qualidade da água disponível em suas propriedades, no clima (altera chuva), no aumento da erosão e assoreamento, na fauna e flora (biodiversidade) e no aumento de pragas nas lavouras.

Ao se avaliar o que pode ser oferecido pela mata ciliar nas propriedades, 81,1% apresentaram respostas positivas a uma proposta de recuperação e apontaram: abundância de água, melhoria do meio ambiente e clima, diminuição da erosão, assoreamento, pragas e doenças, além do legado às gerações futuras como benefícios que podem resultar de um processo de recuperação dessas áreas.

Quanto aos incentivos que gostariam de ter para a implantação de matas ciliares, 80,5% apontaram a doação de mudas, porém, considerando experiências anteriores, esse incentivo deve ser acompanhado de outras alternativas apontadas, pois a grande maioria dos produtores elencou em média 5,1 respostas o que indica que um benefício, apesar de ser o mais pontuado, sozinho não pode resultar em adesão dos produtores a uma proposta de recuperação das matas ciliares.

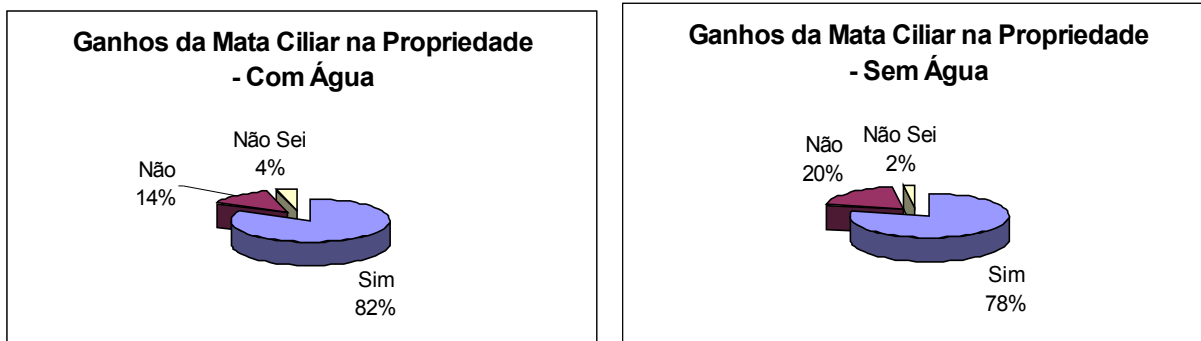
Entre os outros benefícios indicados estavam: desconto em impostos (63,6%), facilidade de crédito (57,4%), assistência técnica (46,7%), remuneração pelo serviço (41,5%) e acesso à água (25,1%).

Figura 5 - Falta de Mata Ciliar Prejudica a Agricultura.



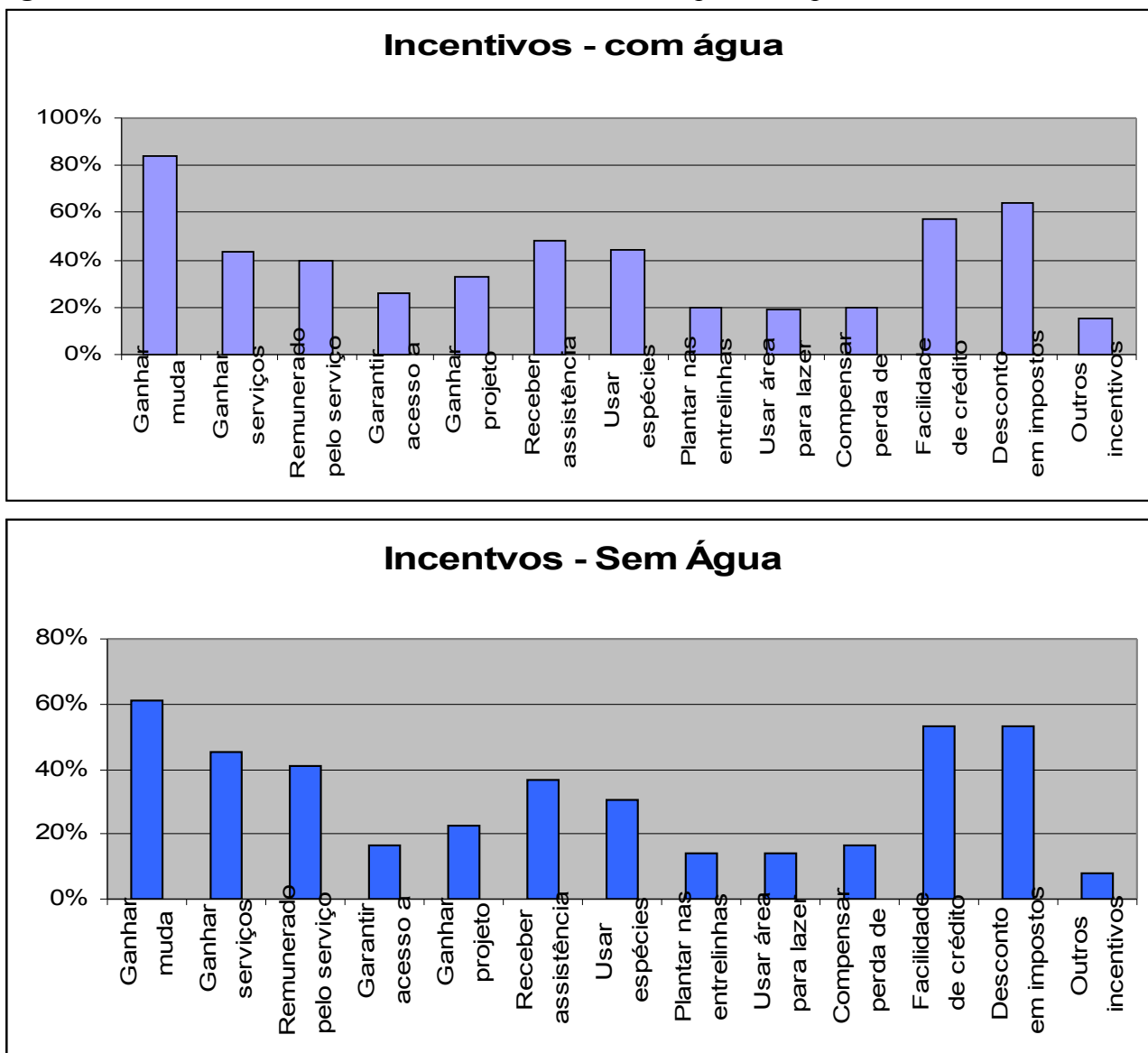
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 – Ganhos da Mata Ciliar para a Agricultura.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7 – Quais Incentivos os Produtores Gostariam de ter para Recuperar a Mata Ciliar.



Fonte: Dados da pesquisa.

4 - Considerações Finais

Este trabalho, por ter sido realizado com um público de agricultores familiares mais participativo, a visão sobre os benefícios ambientais da recuperação das matas ciliares é bastante positiva, porém a questão colocada por 15%, que não consideram que seriam beneficiados com a recuperação, aproxima-se dos 14% que analisam a perda de área agrícola como principal fator negativo.